

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.375 - PI (2019/0045306-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE : ZACARIAS NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ZACARIAS NASCIMENTO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí proferido no HC n.º 0709838-21.2018.8.18.000.

O Recorrente – preso em flagrante delito, no dia 27/07/2018, convertida a prisão em preventiva – foi denunciado como incurso nos arts. 12, *caput*, da Lei n.º 10.826/2003 e 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006.

Segundo consta na denúncia (fl. 44):

*"Os Policiais Civis realizaram uma abordagem na residência do casal vindo a encontraram 09 (nove) munições não deflagradas, calibre 32, marca CBC, 03 (três) aparelhos celulares, 03 (três) relógios de marca Technos, 01 (uma) pulseira de cor dourada, a quantia de R\$ 94,00 (noventa e quatro) reais, 01 (UMA) CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. COM A FOTOGRAFIA RECORTADA NO NOME DE FRANCISCO ANASTACIO BORGES DE PAIVA (foto anexa), dentre outros objetos (Auto de Apresentação e Apreensão. juntado ao IP).*

*O Denunciado foi preso em flagrante e levado a Delegacia local.*

*Já no dia 28/08/2018, após tomar conhecimento que o Denunciado havia sido preso, o senhor PAULO AFONSO, proprietário da residência na qual o Denunciado morava, foi até a Delegacia de Policia pegar a chave da casa que foi alugada para o Denunciado visando limpá-la. Ocorre que no momento em que realizava a faxina na residência, o senhor PAULO AFONSO subiu em cima da parede que divide a sala da cozinha e encontrou um buraco que continha algumas trouxas com droga e uma balança de precisão. De imediato o proprietário da residência se deslocou até a Delegacia e narrou o acontecido aos policias.*

*Novamente Policiais Civis se deslocaram até a residência que era alugada ao Denunciado e lá foi encontrada escondida 03 (três) trouxas de COCAÍNA (Laudo de Constatação da Natureza e Quantidade da Droga Apreendida, aos fólios retro) e 01 (uma) balança de precisão."*

Inconformada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Nas razões deste recurso, sustenta-se que não se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e que o decreto prisional está amparado em fundamentação genérica e abstrata.

Requer-se, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Recorrente.

É o relatório.

Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou a Corte de origem, *in verbis* (fl. 97; sem grifos no original):

*"A garantia da ordem pública se faz necessária, por óbvio porque, como mencionado, o paciente é recalcitrante na prática de delitos. Destaque especial para o fato de que o mesmo estava foragido da aplicação da lei penal após empreender fuga da Penitenciária Major César."*

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoado ou ilegal, tendo sido amparada a custódia do Insurgente no **risco concreto de reiteração delitiva**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Exemplificativamente:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. EXISTÊNCIA DE OUTROS REGISTROS CRIMINAIS. ENCARCERAMENTO FUNDADO NO ART. 312 DO CPP. RISCO DE REITERAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. Apesar de ter respondido ao processo em liberdade durante toda a instrução, o réu possui outros registros criminais, o que demonstra o efetivo risco de incorrer em reiteração delitiva, fundamento apto a embasar o decreto da prisão preventiva, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal. Precedentes.*

2. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no RHC 93.335/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância para que preste esclarecimentos pormenorizados acerca da tramitação do processo-crime, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora